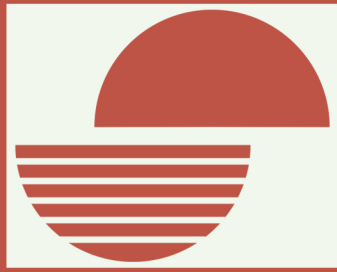
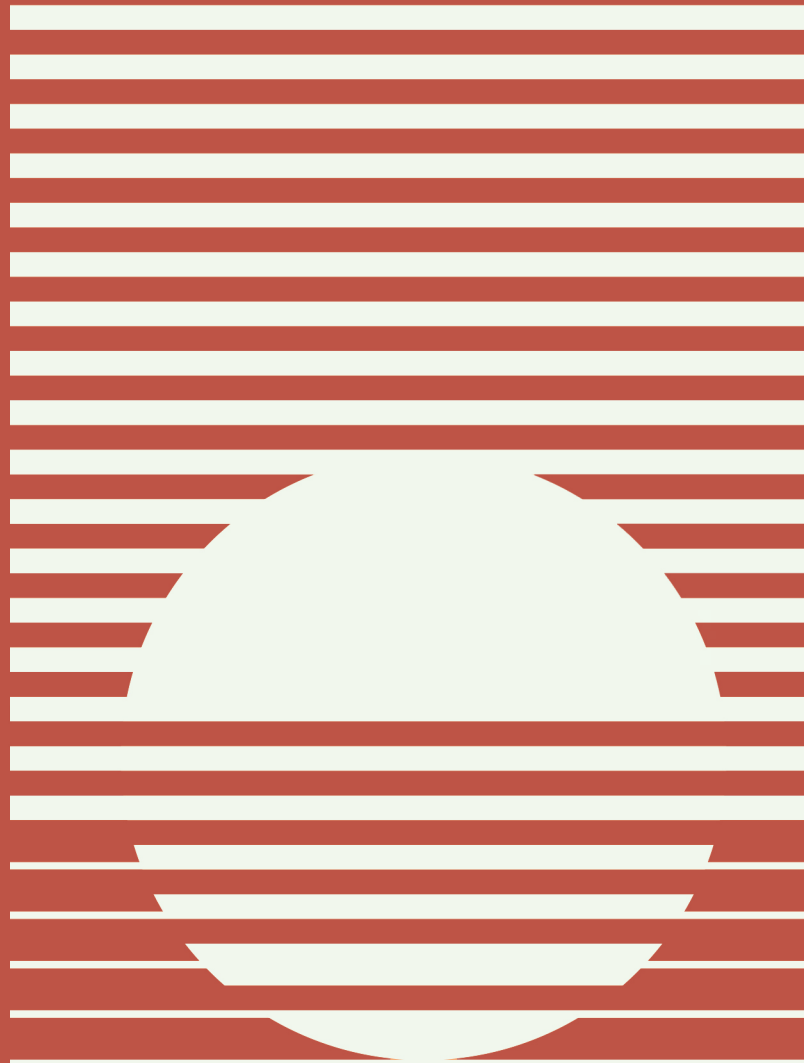


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL



05  
2026

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz.

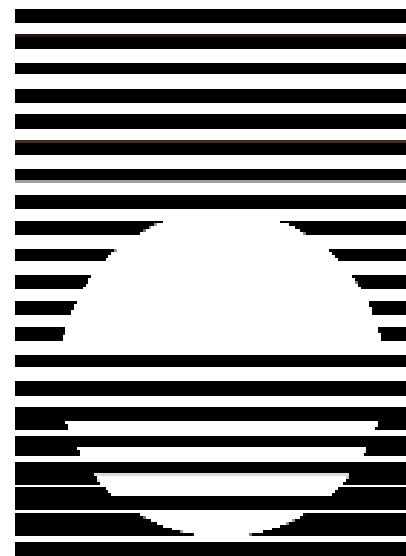
**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Maria Clara Dutra, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Lula e Flávio Bolsonaro têm encontros separados com Donald Trump nos EUA

EUA designam PCC e CV como organizações terroristas

Presidenta do Suriname encontra-se com Irfaan Ali e Luiz Inácio Lula da Silva

### **Página 05**

Argentina firma cooperação militar com os Estados Unidos

### **Página 06**

Membro do Congresso estadunidense faz críticas à presença chinesa na Guiana e embaixadora responde

Bolívia passa por protestos populares e crise diplomática com Colômbia

### **Página 07**

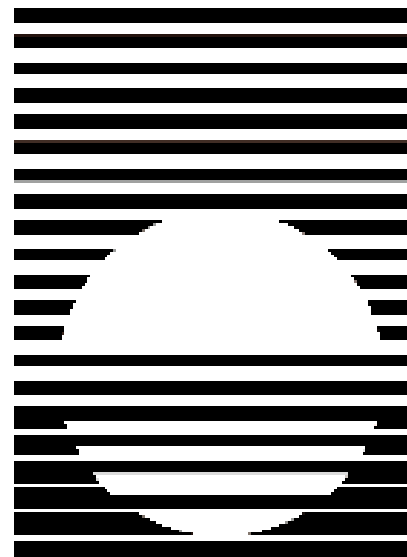
Guéstaro Petro solicita investigação contra suposta rede internacional de ingerência política contra políticos progressistas na América Latina

Kast realiza primeira mudança ministerial no Chile em meio à queda de popularidade

Crise institucional marca o 1º turno da eleição presidencial no Peru

### **Página 08**

Paraguai reforça cooperação com Taiwan



## Lula e Flávio Bolsonaro têm encontros separados com Donald Trump nos EUA

Em 7 de maio, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniu-se com seu homólogo dos EUA, Donald Trump, em Washington. O encontro teve como tema principal a tensão nas relações comerciais bilaterais, em meio à investigação aberta pelos EUA, desde 2025, para apurar supostas práticas anticoncorrenciais, nos termos da Seção 301 da sua Lei de Comércio. O resultado do processo pode acarretar em novas tarifas sobre importações brasileiras, para além da taxa de 10% que segue em vigor desde o ano passado. Para negociar as discordâncias, Lula propôs a criação de um grupo de trabalho entre representantes dos dois governos, o que foi aceito por Trump. Além disso, Lula manifestou a disposição de cooperar com os EUA na exploração de minerais críticos e sugeriu uma ação conjunta com os países da América Latina contra o crime organizando, pautada por respeito à soberania dos países, alternativas econômicas ao narcotráfico, cooperação policial e extradição de suspeitos que vivem em cidades como Miami, em vez de estratégias baseadas apenas em repressão militar. Por sua vez, em 26 de abril, o senador Flávio Bolsonaro teve um encontro em separado com Trump na Casa Branca. Na ocasião, manifestou apoio a que os EUA classificassem as facções brasileiras Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas, medida avaliada pelo Departamento de Estado desde o ano passado. Flávio Bolsonaro também defendeu, caso seja eleito presidente da República, a inclusão do Brasil no “Escudo das Américas”, aliança entre países americanos para temas de segurança e defesa lançada por Trump em março deste ano.

**Fontes:** [Valor Econômico](#), 07/05/2026; [Folha de S. Paulo](#), 07/05/2026; [UOL](#), 07/05/2026; [UOL](#), 07/05/2026

## EUA designam PCC e CV como organizações terroristas

Em 28 de maio, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, anunciou a designação imediata do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como Organizações Terroristas Globais Especialmente Designadas e a classificação, a partir de 5 de junho, como Organizações Terroristas

Estrangeiras. Ambas as denominações são atribuídas pelo Departamento de Estado de forma autônoma. Enquanto a lista que trata de organizações globais visa sobretudo ao combate de recursos financeiros, a lista de organizações estrangeiras orienta apurações nas esferas criminal e migratória. O comunicado emitido por Rubio afirma que o PCC e o CV estão entre as organizações criminosas mais violentas do Brasil, com milhares de integrantes e atuação transnacional, inclusive nos EUA, onde ameaçariam a segurança nacional. As classificações permitirão aos EUA intensificar operações de inteligência para monitorar integrantes e seus apoiadores (podendo estes incluir provedores de recursos, logística, treinamento, serviços, consultoria, transporte ou qualquer apoio econômico direto ou indireto), ampliar sanções, bloquear ativos, restringir o financiamento e negar vistos de viagem. Medidas semelhantes já foram adotadas contra organizações do México, El Salvador e Venezuela pelo governo Trump. No dia seguinte ao anúncio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em evento público, que recebeu a classificação com tristeza, uma vez que significa que “os americanos podem fazer intervenção” no Brasil se quiserem, a pretexto de combater as organizações criminosas. Lembrou ainda que esteve com Donald Trump na Casa Branca, no início do mês, e que lhe havia solicitado colaboração para enfrentar lavagem de dinheiro feita pelo crime organizado nos EUA e a extradição de criminosos procurados pela Justiça no Brasil. Criticou, por fim, Flávio Bolsonaro, a quem atribuiu o pedido para o governo Trump promover a designação das facções como terroristas. Por sua vez, o senador Flávio Bolsonaro saudou a decisão dos EUA e afirmou, em tom eleitoral, que fez “mais pelo Brasil e pela segurança dos brasileiros” em uma viagem como pré-candidato do que o PT e Lula em 17 anos.

**Fontes:** [UOL](#), 28/05/2026; [Folha de S. Paulo](#), 28/05/2026; [X](#), 28/05/2026; [UOL](#), 29/05/2026; [Folha de S. Paulo](#), 29/05/2026

## Presidenta do Suriname encontra-se com Irfaan Ali e Luiz Inácio Lula da Silva

No dia 15 de maio, a presidenta do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons, e o presidente da Guiana, Irfaan Ali, realizaram uma reunião bilateral por meio virtual. Na ocasião, ambos concordaram em aprofundar a

parceria entre os países vizinhos, especialmente nas áreas de comércio e infraestrutura. O principal projeto de integração física e econômica tratado foi o de uma ponte que ligaria Moleson Creek, na Guiana, a South Drain, no Suriname. As duas regiões já possuem conexão marítima; contudo, a ponte proporcionaria uma integração ainda maior entre os vizinhos amazônicos. A princípio, a ponte será construída pela China Road and Bridge Corporation (CRBC), com custo estimado em US\$ 236 milhões. Ambas as lideranças concordaram em finalizar uma série de “pendências” nos próximos três meses, de forma a efetivar o projeto. Na sequência de agendas bilaterais, no dia 28 de maio, a presidenta do Suriname viajou ao Brasil e se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, foram assinados cerca de treze acordos, entre eles seis Memorandos de Entendimento. As áreas contempladas envolveram, sobretudo, o aprofundamento das relações econômicas, a segurança transfronteiriça, a infraestrutura, a assistência social e parcerias em setores tecnológicos, como cibersegurança e inovação.

**Fontes:** [Guyana Chronicles](#), 16/05/2026; [Relações Exteriores - Governo Brasileiro](#), 27/05/2026; [Relações Exteriores - Governo Brasileiro](#), 28/05/2026; [Governo do Suriname](#), 02/06/2026.

## Argentina firma cooperação militar com os Estados Unidos

No dia 21 de maio de 2026, o governo de Javier Milei anunciou a assinatura de um acordo de cooperação militar válido por cinco anos entre a Argentina e os Estados Unidos para a realização de patrulhas conjuntas no Atlântico Sul, nos marcos do programa estadunidense *Protecting Global Commons Program*. O convênio prevê a participação do Comando Sul dos Estados Unidos em operações de vigilância marítima, além da transferência de tecnologia, equipamentos, aeronaves, drones e treinamento para as Forças Armadas. O governo argentino apresentou a iniciativa como um instrumento para reforçar a soberania marítima do país e ampliar sua capacidade de monitoramento de atividades ilícitas, como a pesca ilegal e o tráfico internacional. O acordo se insere em um processo mais amplo de aproximação com Washington, que tem apoiado Buenos Aires nas negociações com o FMI. No dia 22 de maio, o Fundo aprovou uma nova liberação de financiamento no valor de US\$ 1

bilhão aproximadamente para o país sul-americano, que já estava prevista no programa de financiamento firmado em abril de 2025. Serão repassados ao todo US\$ 20 bilhões para a Argentina, em diferentes etapas, a depender do cumprimento das contrapartidas contratuais. Apesar de algumas metas não terem sido plenamente cumpridas pelo governo argentino até agora, o FMI elogiou os avanços nas reformas fiscais, trabalhistas e econômicas promovidas por Milei. Em contrapartida, no plano doméstico, houve protestos de rua contra a política econômica. No dia 1º de maio, ocorreram mobilizações organizadas pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), durante as comemorações do Dia do Trabalhador. Os sindicatos protestaram justamente contra a reforma trabalhista elogiada pelo FMI, que flexibilizou regras de contratação e demissão, ampliou períodos de experiência, permitiu jornadas de até 12 horas e reduziu proteções históricas garantidas aos trabalhadores argentinos desde a década de 1970. As centrais sindicais argumentaram que as mudanças favorecem empresários e investidores, mas aprofundam a precarização do trabalho em um contexto de aumento do desemprego e perda de renda. No dia 12 de maio, ocorreu também a Marcha Federal Universitária em Buenos Aires e em diversas cidades do país. Centenas de milhares de estudantes, professores, reitores e trabalhadores da educação foram às ruas para exigir que o governo cumprisse a Lei de Financiamento Universitário aprovada pelo Congresso. Embora Milei tenha vetado a norma, o veto foi derrubado pelos legisladores. Ainda assim, o Executivo continuou sem liberar integralmente os recursos previstos. O Conselho Interuniversitário Nacional denunciou que os recursos destinados às universidades caíram mais de 45% desde 2023 e que os salários perderam mais de um terço de seu valor real. Após a marcha, estudantes passaram a ocupar colégios ligados à Universidade de Buenos Aires, enquanto sindicatos docentes organizaram greves em todo o país.

**Fontes:** [AP News](#), 30/04/2026; [Buenos Aires Herald](#), 22/05/2026; [El País](#), 21/05/2026; [Página 12](#), 12/05/2026.

## Membro do Congresso Bolívia passa por protestos estadunidense faz críticas à populares e crise diplomática com presença chinesa na Guiana e Colômbia embaixadora responde

Em maio, diversos veículos de notícias repercutiram uma carta assinada pelo congressista estadunidense do Partido Republicano, Gabe Evans, e que teria sido direcionada diretamente ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio. O documento declarou que a presença de capital chinês na economia guianesa deveria ser vista como uma ameaça à hegemonia americana em mercados internacionais, em especial minerais críticos, atentando especificamente para a influência do Partido Comunista da China (PCC) no ambiente político da Guiana. Entre os dias 12 e 16 de maio, o Subsecretário de Estado dos EUA para Assuntos Econômicos, Jacob Helberg, visitou a Guiana, Panamá e Costa Rica com o objetivo de fortalecer parcerias no que tange a segurança energética e o suprimento de minerais críticos. Na Guiana, reuniu-se com o presidente Irfaan Ali e, segundo Helberg, os contratos de exploração de petróleo entre a empresa estadunidense ExxonMobil e o governo da Guiana manifestam a sinergia de os objetivos entre os países. Além disso, o subsecretário também afirmou que os Estados Unidos possuem interesse nas reservas de bauxita da Guiana, um mineral crítico cujas operações econômicas são realizadas, principalmente, pela mineradora chinesa Bosai Minerals. Por fim, em resposta a manifestação de Gabe Evans, a Embaixadora da China para a Guiana, Yang Yang, publicou um artigo em alguns jornais, como o Guyana Times, em que afirmou que as afirmações de Evans são tentativas de minar as relações de amizade entre China e Guiana e que não se sustentam quando confrontadas com a realidade. A parceria entre os dois países é interpretada pela embaixadora como parte de um projeto de prosperidade comum em que os efeitos positivos da modernização da Guiana são percebidos como uma convicção por parte do Estado chinês. Ao final de 2025, os investimentos da China chegaram ao montante de US\$13 bi, enquanto o comércio bilateral totalizou US\$2.89 bi, representando um crescimento de mais de 100% anualmente.

**Fontes:** [Facebook - Prime News Guyana](#), 30/04/2026; [Caribbean Life](#), 05/05/2026; [State Department - EUA](#), 13/05/2026; [AP News](#), 15/05/2026; [Kaieteur News](#), 18/05/2026; [Guyana Times](#), 18/05/2026.

O 1º de maio, Dia do Trabalhador, foi marcado por protestos na Bolívia, com destaque para a convocação de uma assembleia geral, em El Alto, pela Central Obrera Boliviana (COB). Em 3 de maio, a assembleia declarou uma greve geral por tempo indeterminado no país. O descontentamento com o governo de Rodrigo Paz deve-se ao aumento do custo de vida, à aceleração da inflação, ao combustível caro e de má qualidade e à aprovação da Lei nº 1.720, que permitiu a conversão voluntária de pequenas propriedades familiares em médias para fins de garantia bancária, retirando sua impenhorabilidade. Os manifestantes também reivindicaram o incremento de 20% no salário mínimo, a renúncia do atual presidente e a revogação da referida lei, demanda esta que já foi atendida. No plano internacional, em 17 de maio, o presidente colombiano Gustavo Petro manifestou-se na rede social “X” acerca das mobilizações sociais na Bolívia, definindo-as como uma “insurreição popular, em resposta à soberba geopolítica”. Em reação, o governo boliviano declarou a embaixadora colombiana, Elizabeth García Carillo, persona non grata por violação da soberania, acusando o governo colombiano de ingerência em assuntos internos. Pelo princípio da reciprocidade, a Colômbia expulsou o encarregado de negócios boliviano, Ariel Percy Molina Pimentel. Contudo, ambos os governos esclareceram que as medidas não implicam ruptura nas relações diplomáticas entre as nações. Em 21 de maio, a cúpula “Escudo das Américas”, coalizão dos Estados Unidos com governos latino-americanos de direita, emitiu declaração em apoio ao governo democraticamente eleito de Paz. Em 26 de maio, o comandante-geral da polícia, Mirko Sokol, informou haver mais de 150 pontos de bloqueio no país. No mesmo dia, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, telefonou para Paz expressando solidariedade, ressaltando o respeito às instituições democráticas, defendendo o diálogo em vez de meios violentos, para garantir a estabilidade do país.

**Fontes:** [La Razón](#), 01/05/2026; [La Razón](#), 05/05/2026; [Brasil de Fato](#), 14/05/2026; [El País](#), 20/05/2026; [La Razón](#), 20/05/2026; [La Razón](#), 21/05/2026; [El Deber](#), 26/05/2026; [Brasil de Fato](#), 26/05/2026.

## **Gustavo Petro solicita investigação contra suposta rede internacional de ingerência política contra políticos progressistas na América Latina**

No dia 17 de maio, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, em sua rede social X, solicitou que a Justiça colombiana investigasse um possível crime contra as eleições presidenciais marcadas para ocorrer em 31 de maio. Tal infração, segundo a liderança, estaria relacionada à divulgação de supostos áudios de conversas entre o ex-presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, e o atual mandatário, Nasry Asfura. A operação HondurasGate, revelada pelo portal Diario Red, seria um esquema, liderado pelos políticos hondurenhos e financiado pelos governos Trump, dos EUA, e Netanyahu, de Israel, que visaria a promover instabilidade política contra governos e lideranças progressistas na América Latina. Com o objetivo de montar uma estrutura midiática, com sede nos EUA, Hernández teria solicitado cerca de US\$ 150 mil a Asfura. Dentre os países-alvo, os políticos citam o México e a Colômbia, liderada por Petro. Além da cumplicidade dos mandatários estadunidense e israelense, Javier Milei, presidente argentino, foi citado como articulador e parte do esquema. Trump possui uma relação de certo alinhamento ideológico com as lideranças de Honduras envolvidas na articulação. O vencedor das eleições de dezembro de 2025, Asfura, foi apoiado publicamente por seu homólogo dos EUA. No mesmo mês, Trump concedeu um indulto à Hernández, que cumpria uma pena de 45 anos, no país norte-americano, por vínculos ao narcotráfico.

**Fontes:** [RTVC Noticias](#), 30/04/2026; [RTP Noticias](#), 08/05/2026; [SIC Noticias](#), 05/05/2026; [Latinoamérica21](#), 14/05/2026; [X](#), 17/05/2026.

## **Kast realiza primeira mudança ministerial no Chile em meio à queda de popularidade**

No dia 19 de maio, o presidente chileno José Antonio Kast realizou a primeira reformulação ministerial de seu governo, apenas 69 dias após tomar posse. As mudanças atingiram três áreas: o Ministério da Segurança, o de Obras Públicas e a Secretaria-Geral do Governo, responsável pela comunicação oficial do

Executivo. A reforma ocorreu em meio ao aumento das críticas ao governo de Kast, especialmente nas áreas de segurança pública e migração, pilares de sua campanha presidencial. A percepção popular de uma distância entre as promessas eleitorais e o realizado nos primeiros dias de governo foi intensificada no mês de maio por algumas ações de Kast. Em 13 de maio, Kast afirmou que sua promessa de expulsar 300 mil imigrantes irregulares no primeiro dia de mandato não deveria ser interpretada literalmente, nem em relação ao prazo nem ao número de deportações. A declaração gerou críticas de parlamentares da oposição e de parte da opinião pública. No mesmo dia, durante uma sessão especial da Câmara dos Deputados dedicada à crise de segurança no país, a então ministra da Segurança, Trinidad Steinert, foi questionada sobre a apresentação de um plano formal para a área. Em resposta, declarou que não esperava a exigência de um plano estruturado de segurança, o que ampliou as críticas ao governo. Segundo pesquisa do Instituto Cadem divulgada em 15 de maio, a aprovação de Kast caiu de 57% em março para 36% em maio. Diante desse cenário, Kast anunciou a saída de Trinidad Steinert e nomeou Martín Arrau, então ministro de Obras Públicas e ex-chefe de sua campanha presidencial, para o Ministério da Segurança. A pasta de Obras Públicas passou a ser comandada por Luis de Grange Concha, engenheiro civil que atuou como presidente do Metrô de Santiago entre 2019 e 2022 e que também exerce o cargo de ministro dos Transportes e Telecomunicações desde março de 2026. O presidente também substituiu a porta-voz do governo, Mara Sedini, que vinha sendo alvo de críticas da imprensa e de setores da coalizão governista por dificuldades na comunicação das posições do Executivo. Em seu lugar, foi nomeado Claudio Alvarado, cientista político que atuou como subsecretário de Desenvolvimento Regional durante o segundo governo de Sebastián Piñera e que acumulará a função de porta-voz com o cargo de ministro do Interior, exercido por ele desde março de 2026.

**Fontes:** [La Tercera](#), 13/05/2026; [Cadem](#), 17/05/2026; [El País](#), 18/05/2026; [El País](#), 21/05/2026; [El País](#), 23/05/2026.

## **Crise institucional marca o 1º turno da eleição presidencial no Peru**

O mês de maio de 2026 foi marcado, no Peru, pela lenta resolução da crise desencadeada pelo primeiro turno das eleições presidenciais e pelos desdobramentos

políticos e sociais do período entre turnos. O pleito registrou falhas logísticas da Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE), sobretudo nas regiões de Lima Metropolitana e Callao. O sistema digital de apoio ao escrutínio, a Solución Tecnológica de Apoyo al Escrutinio (STAE), apresentou falhas na impressão de atas, problemas com suprimento de tinta e atrasos que impediram ou atrasaram a instalação de milhares de mesas. Estima-se que cerca de 500 mil eleitores não tenham conseguido votar. O então chefe da ONPE, Piero Corvetto, renunciou em meio a investigações por irregularidades, sendo substituído interinamente por Bernardo Pachas. A Fiscalía Supraprovincial Anticorrupción realizou diligências na sede da ONPE para recolher informações sobre contratos com fornecedores dos serviços eleitorais, no âmbito de investigação por suposto delito. Com o avanço da apuração, os candidatos que disputariam o segundo turno foram se confirmando ao longo das primeiras semanas de maio: Keiko Fujimori (Fuerza Popular), que liderou a votação com aproximadamente 17,19% dos votos válidos (2.877.678 votos), e Roberto Sánchez (Juntos por el Perú), que obteve cerca de 12,04% (2.015.114 votos), ultrapassando Rafael López Aliaga (Renovación Popular) por uma margem de pouco mais de 21 mil votos, diferença que apenas se consolidou com a apuração dos votos do interior do país. Em sessão solene realizada em 17 de maio, o pleno do Jurado Nacional de Eleições (JNE) proclamou oficialmente os resultados do primeiro turno e oficializou os dois candidatos, com data mantida para 7 de junho. A proclamação veio mais de um mês após o dia do pleito, intervalo inédito na história eleitoral recente do Peru. A reação de Renovación Popular foi imediata: minutos após a cerimônia, a congressista Norma Yarrow anunciou que o partido apresentaria pedido de nulidade da ata de proclamação, alegando "sabotagem" e "fraude". O JNE rejeitou o recurso por preclusão, reiterando que suas decisões em matéria eleitoral são definitivas nos termos do artigo 181 da Constituição. A narrativa de fraude, sustentada por López Aliaga ao longo de todo o processo pós-eleitoral, que chegou a oferecer recompensas de até 20 mil soles a funcionários eleitorais que entregassem provas de irregularidades, não encontrou respaldo probatório nem nas instâncias judiciais nem junto aos observadores internacionais. A missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) saudou o resultado e destacou a "maturidade democrática" demonstrada pelos atores políticos durante a espera. A missão da União Europeia, que

já havia descartado indícios de fraude, anunciou que manteria observadores no país até o final de junho. No âmbito operacional, a ONPE anunciou mudanças significativas para o segundo turno: o sistema STAE foi inteiramente descartado, com retorno ao método tradicional de atas em papel. Locais de votação que funcionaram em parques e espaços abertos durante a primeira volta, onde votaram mais de 40 mil cidadãos em 136 mesas nos distritos de Jesús María, Lince e Miraflores, foram suprimidos, com os eleitores realocados para recintos fechados próximos. A Junta Nacional de Justiça (JNJ), por sua vez, publicou edital de concurso para escolha do novo titular da ONPE, com posse prevista para 3 de julho, o que significa que o segundo será conduzido pelo diretor interino Bernardo Pachas. Com o segundo turno marcado para 7 de junho, os dois candidatos adotaram estratégias territoriais opostas. Até 25 de maio, Fujimori havia visitado 50% mais distritos do que Sánchez, priorizando regiões do norte e do oriente do país onde venceu no primeiro dia turno, ao passo que Sánchez concentrou sua campanha nas regiões costeiras e na capital. Pesquisa Datum de 22 de maio apontava Fujimori com 39,5% das intenções de voto e Sánchez com 36,1%, em empate técnico que tornava os votos de Arequipa, Áncash, Junín e Tacna, regiões onde nenhum dos dois dominou na primeira volta, os mais disputados. Em meio às eleições, em 21 de maio, o governo interino de José Balcázar editou o Decreto Supremo N.º 077-2026-PCM, ampliando por 60 dias o estado de emergência vigente no Peru em distritos de quatro regiões do país afetadas pela violência e pelo crime organizado. A medida se insere em uma sequência de prorrogações que já abrangiam Lima e Callao desde o início do ano, em resposta à expansão do crime organizado e de extorsões.

**Fontes:** [RPP](#), 23/04/2026; [Infobae](#), 25/04/2026; [Infobae](#), 05/05/2026; [La República](#), 09/05/2026; [Infobae](#), 15/05/2026; [La República](#), 21/05/2026; [Infobae](#), 22/05/2026; [Infobae](#), 27/05/2026.

## Paraguai reforça cooperação com Taiwan

O mês de maio foi marcado por avanços nas relações bilaterais do Paraguai com Taiwan. Entre os dias 7 e 10 deste mês, o presidente Santiago Peña liderou uma comitiva de alto nível em uma visita oficial a Taiwan. Durante a viagem, foram assinados 7 acordos

nas áreas de tecnologia e Inteligência Artificial (IA); cibersegurança; indústria alimentícia; finanças e comércio e a abertura do mercado de Taiwan para as exportações de carne aviária do Paraguai. Desses, o acordo mais emblemático e que teve maior repercussão foi o projeto de investimento em infraestrutura soberana de IA e computação no Paraguai, que permitirá materializar a visão de combinar a tecnologia de IA de Taiwan com a abundante energia verde do Paraguai. Nesse sentido, firmaram um acordo para a construção do que pretendem que seja um dos maiores centros de IA do mundo. De acordo com o presidente do país, Santiago Peña, a parceria é especialmente estratégica, pois “na era da tecnologia artificial, o mundo necessita de processadores e energia limpa. Hoje Paraguai e Taiwan se unem com a liderança de Taiwan na produção de semicondutores, com nossa liderança na geração de energia limpa, renovável e abundante. Entre dois gigantes, iniciamos o caminho para criar o maior hub de IA do mundo”. E ainda, de acordo com o Ministro de Tecnologías de la Información y Comunicación (Mitic), Gustavo Villate, “nossa visão enquanto governo é a de que esse acordo terá um impacto maior do que foi Itaipú em seu momento”, demonstrando a relevância do que foi acordado e as expectativas geradas no país para a consecução do projeto.

**Fontes:** [La Nación](#), 08/05/2026; [La Nación](#), 10/05/2026; [La Nación](#), 13/05/2026; [La Nación](#), 24/05/2026.

